

## Legislativo Federal

### Secovi-SP debate suspensão de licenças na construção civil

O Deputado Kim Kataguiri (União/SP), apresentou na quinta-feira, 8/5, o [Requerimento 8/2025](#), na **Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS)** da Câmara dos Deputados, para a realização de audiência pública a fim de discutir o [PL 6130/2023](#), que **suspende as licenças de empresas do setor da construção civil**.

O **Secovi-SP** entende que a audiência é uma oportunidade para debater o tema e demonstrar algumas inconsistências da proposta legislativa, e destaca o entendimento do deputado Kim, que já se posicionou contra o texto que será debatido.

Para garantir a representatividade e qualificação do debate, o parlamentar propõe também a participação de outras entidades do setor e representantes do governo:

- Ministério da Fazenda;
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;
- Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC);
- Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon-SP);
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de São Paulo (Sintracon-SP).

A audiência ainda não tem data marcada.

#### A proposta

O projeto de lei, de autoria do deputado Pedro Uczai (PT/SC), prevê a suspensão da licença de funcionamento de construtoras que descumprirem execuções judiciais e apresentarem risco concreto de insolvência. A suspensão permanecerá até a quitação da dívida e impõe à empresa a obrigação de resguardar os direitos dos contratantes, que poderão rescindir unilateralmente os contratos, isentos de quaisquer encargos.

Medidas previstas:

- Suspensão da licença de funcionamento, por prazo determinado, por decisão judicial ou solicitação da empresa;
- Se o prazo não for cumprido, a suspensão será por tempo indeterminado;
- Durante a suspensão, novos serviços não poderão ser realizados;
- A licença só será retomada após quitação de dívidas, aprovação judicial de plano de pagamento ou apresentação de garantias;
- Empresas inadimplentes na data da sanção da lei terão 180 dias para se regularizar, sob pena de suspensão.

Com parecer pela aprovação com emenda do relator, o deputado Alexandre Lindenmeyer (PT/RS), a matéria esta pronta para votação na Comissão.

Confira [aqui](#) o Parecer do Relator, bem como [aqui](#) a redação da proposta.

## SUMÁRIO

*Secovi-SP debate suspensão de licenças na construção civil - p. 1*

*Secretário Nacional de Habitação cita dados do Secovi-SP em audiência sobre o MCMV - p. 2*

*Câmara instala comissão da Reforma do IR - p. 3*

*Licenciamento Ambiental: relatores apresentam relatório único - p. 3*

*Câmara Municipal discute desapropriação do Jockey Club - p. 4*



*Kataguiri, proponente da audiência pública*

## Secretário Nacional de Habitação cita dados do Secovi-SP em audiência sobre o MCMV



Rabelo, durante audiência pública na CDE - 8/5/2025

A **Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE)** da Câmara dos Deputados realizou, na quinta-feira, 8/5, **audiência pública** com o objetivo de debater a **ampliação das faixas de renda atendidas pelo programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV)** e a **inclusão de espaços voltados à formação técnica e profissional nos empreendimentos habitacionais**.

O deputado **Zé Neto (PT/BA)**, proponente da audiência, destacou a necessidade de reavaliar o modelo de grandes conjuntos residenciais, atualmente considerados inadequados para os objetivos sociais do programa. O parlamentar também defendeu o aumento das exigências de contrapartidas por parte dos municípios, com ênfase na oferta de serviços públicos de qualidade à população beneficiada.



Neto, proponente da audiência pública

Durante a audiência, o secretário Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, **Augusto Henrique Rabelo**, disse que o modelo do programa foi reformulado. Segundo o secretário, a atual política habitacional estabelece que apenas cidades com infraestrutura urbana adequada com transporte, saneamento, educação, saúde e comércio, podem receber novos empreendimentos. Rabelo também ressaltou melhorias no padrão das unidades habitacionais, como a inclusão de varanda, biblioteca, área verde e bicicletário.

O secretário ressaltou a relevância dos dados econômicos do **Secovi-SP** durante sua exposição, destacando que o MCMV representa 53% dos lançamentos imobiliários em todo o país. Conforme os dados do **Secovi-SP**, na cidade de São Paulo, esse índice é ainda maior, alcançando 61%.

Ainda segundo o secretário, entre 2023 e início de 2025, os investimentos ultrapassaram R\$ 35 bilhões, desconsiderando os recursos oriundos do FGTS. Até o momento, já foram contratadas 1,5 milhão de unidades habitacionais, e a meta atualizada do Governo Federal é atingir 3 milhões até o fim da atual gestão. A prioridade do programa continua sendo a Faixa 1, destinada a famílias com renda mensal de até dois salários mínimos.

A audiência pública contou com a participação de representantes da Articulação Social das Juventudes da Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), da Caixa Econômica Federal (CAIXA), da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), do Instituto Nacional de Energia Limpa (INEL) e da União Nacional por Moradia Popular (UNMP).

Confira [aqui](#) a íntegra das discussões.

## Câmara instala comissão especial da Reforma do IR



*Lira e Júnior, relator da matéria e presidente da comissão especial, durante a reunião ordinária - 6/5/2025*

Na terça-feira, 6/5, a **Câmara dos Deputados** instalou a **comissão especial** que analisará o [PL 1087/2025](#), do Poder Executivo, que **amplia a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil por mês**, mais conhecido como a reforma do Imposto de Renda.

Na instalação dos trabalhos, o deputado **Rubens Pereira Júnior (PT/MA)** foi confirmado na presidência do colegiado. De acordo com o cronograma inicial proposto, o relatório deve ser apresentado no dia 27/6, e a votação na comissão está prevista para o dia 16/7.

O relator da proposta, deputado **Arthur Lira (PP/AL)**, apresentou uma análise preliminar da matéria e adiantou os pontos que julga necessário aprimorar. Ele admitiu, por exemplo, rever as alíquotas de impostos para quem ganha mais de R\$ 600 mil por ano.

O projeto que a comissão vai analisar, enviado pelo Poder Executivo ao Congresso em março, isenta a pessoa física que ganha até R\$ 5 mil mensais do pagamento do Imposto de Renda. Além disso, quem tem rendimentos entre R\$ 5 mil e R\$ 7 mil por mês vai pagar uma alíquota reduzida.

Como forma de compensar a perda de arrecadação com a medida, estimada pelo governo em R\$ 20,5 bilhões em 2026, o Executivo propõe aumentar a tributação de quem ganha mais de R\$ 50 mil mensais, ou R\$ 600 mil anuais.

A Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (Conof) da Casa estimou que a proposta do governo federal terá um impacto de R\$ 2,9 bilhões sobre Estados e municípios, ao reduzir a arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) em R\$ 11,2 bilhões, sendo R\$ 5,7 bilhões nos Estados e R\$ 5,5 bilhões nos municípios. No entanto, haverá um aumento de R\$ 8,2 bilhões nas transferências aos fundos de participação (FPE e FPM), devido à combinação entre a perda de R\$ 7,1 bilhões com isenções a rendas até R\$ 7 mil e o ganho de R\$ 15,3 bilhões com a tributação das altas rendas.

## Licenciamento Ambiental: relatores apresentam relatório único

Na quarta-feira, 7/5, os senadores aprovaram acordo para votar dentro de duas semanas o [PL 2159/2021](#), da **Lei Geral do Licenciamento Ambiental**. A matéria tramita simultaneamente nas **Comissões de Agricultura (CRA)** e de **Meio Ambiente (CMA)** do Senado Federal. A proposta teve a análise iniciada na Câmara dos Deputados em 2004 e foi apresentada pelo ex-deputado Luciano Zica (PT/SP).

Os presidentes da CRA, senador Zequinha Marinho (Podemos/PA) e da CMA, senador Fabiano Contarato (PT/ES), explicaram que no dia 20/5, terça-feira, a



*Tereza Cristina e Moura, durante as reuniões da CRA e CMA - 7/5/2025*

matéria será aberta à discussão e para concessão de vista coletiva aos senadores. No dia 21/5, quarta-feira, acontecem o encerramento da discussão e a votação do projeto.

Após quatro anos em análise na Casa, a proposta tem agora relatório único, dos relatores da CRA e CMA, os senadores **Tereza Cristina (PP/MS)** e **Confúcio Moura (MDB/RO)**, respectivamente.

Os relatores se debruçaram sobre um longo texto, que já recebeu mais de 90 emendas. O grande desafio é entregar uma proposta que equilibre preservação do meio ambiente e produção, na linha do desenvolvimento sustentável. A LGLA busca simplificar e agilizar o processo de licenciamento ambiental no Brasil.

Confira o relatório lido nas reuniões das comissões [CRA](#) e [CMA](#).

## Legislativo Municipal

### Câmara fará Audiência Pública sobre desapropriação do Jockey Club



Reunião Ordinária da CPU - 7/5/2025

Na reunião da **Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente (CPU)** da Câmara Municipal de São Paulo de quarta-feira, 7/5, os vereadores aprovaram o **Requerimento 9/2025**, de autoria do vereador **Rubinho Nunes (União)**, presidente do colegiado, que propõe a realização de Audiência Pública para discutir o **projeto de transformação da área do Jockey Club de São Paulo em parque municipal**.

“É um projeto que vem sendo discutido na Câmara, foi aprimorado na revisão do PDE (Plano Diretor Estratégico), e existe um projeto do vereador João Jorge (MDB) nesse sentido. E é importante que a gente ouça os setores responsáveis e a população, caso tenha interesse, para aperfeiçoar essa proposta que pode transformar o Jockey num parque”, ressaltou Nunes.

#### Utilidade Pública

Segundo ele, o **PL 505/2025**, de autoria dos vereadores **João Jorge e Fabio Riva (MDB)**, **autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área localizada na Avenida Lineu de Paula Machado, n° 1.263, no Distrito do Morumbi, Subprefeitura do Butantã, município de São Paulo, com o objetivo de implantar um parque público.**

A criação do parque municipal já está prevista no Quadro 7 – Parques Municipais e no Mapa 05 – Rede Hídrico-Ambiental, da **Lei Municipal n° 16.050, de 31 de julho de 2014**, que institui o Plano Diretor Estratégico (PDE), com a denominação de Parque João Carlos Di Gênio, que passou a ser popularmente conhecido como Parque do Jockey Club.

Outra propositura, o **PL 639/2022**, de autoria do ex-presidente da Casa, o vereador Milton Leite (União), e do ex-vereador e atual secretário municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Rodrigo Goulart (PSD), também visa **declarar de utilidade pública a mesma área, para fins de desapropriação, com o objetivo de criar o parque público.**

#### Jockey Club

O Jockey Club de São Paulo foi construído na década de 1940, em uma área de aproximadamente 600 mil metros quadrados. O local conta com quatro pistas de hipódromo, restaurantes, playground, área verde e abriga cerca de 800 animais da raça Puro Sangue Inglês.



Nunes, proponente da audiência pública



Jorge e Riva, autores do PL 505/2025